

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais |
e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262 | v.1, n.2, Jul-Dez 2012 | p.177-210

O IMPACTO DA CRISE INTERNACIONAL NO COMÉRCIO DO BRASIL COM OS BRICS (RUSSIA, INDIA, CHINA E AFRICA DO SUL)*

André Luiz Reis da Silva**

Luiza Peruffo***

1. INTRODUÇÃO

A economia mundial está passando por um momento de transformação. Parte importante desse movimento envolve a ascensão de dinâmicos países emergentes, tais como Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul. Com efeito, pode-se dizer que foi justamente o reconhecimento do peso econômico desses países que resultou na criação do acrônimo BRIC – que com a entrada da África do Sul (*South Africa*, em inglês) levou ao acréscimo oficial do “S” no nome do

* Este artigo foi produzido no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços N° 05-04-2010, Processo UFRGS 230780035951093. Agradecemos o auxílio dos bolsistas de Iniciação Científica: Germano Ribeiro Fernandes da Silva, Josué Gihad Alves Soares, Raquel Tebaldi, Alexandre Piffero Spohr e Luiza Bulhões Olmedo pelo levantamento e pesquisa bibliográfica. Agradecemos, igualmente, aos pesquisadores André Moreira Cunha e Ricardo Dathein pelos comentários e sugestões e à bolsista Isadora Loreto da Silveira pela tradução e revisão do artigo para língua inglesa. As opiniões são de responsabilidade apenas dos autores.

** Doutor em Ciência Política (UFRGS). Professor de Relações Internacionais do Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da UFRGS. Pesquisador do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS). Contato: reisdasilva@hotmail.com.

*** Mestranda em Economia do Desenvolvimento e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: luizaperuffo@yahoo.com.br.

agrupamento.¹ Jim O'Neill, em seu artigo intitulado *Building Better Global Economic BRICs* (2001), chamou a atenção para quatro economias emergentes que, de acordo com prospecção de cenários, apresentariam crescimentos acelerados na década seguinte. Na prática, mais do que uma denominação para “países em desenvolvimento”, os BRICS se converteram em uma categoria de análise, sendo consideradas economias candidatas a desempenhar um papel de crescente relevância no cenário internacional. (Baumann et al, 2010; O'Neill, 2001).

Considerando o cenário internacional mais recente, verifica-se que a crise internacional tem contribuído para acentuar ainda mais a posição das economias emergentes, na medida em que, de modo geral, esses países experimentaram impactos reais e financeiros mais tênues do que as economias avançadas, recuperando suas trajetórias prévias de crescimento com relativa brevidade. Como resultado, o G-8 perdeu prestígio para o G-20, que liderou o projeto de coordenação política internacional, trazendo países como Brasil, Argentina e México para a mesa de negociações na qual serão tomadas as decisões que irão definir o rumo do sistema internacional. Está se consolidando, portanto, um novo cenário na economia internacional – o “novo normal” –, no qual o menor dinamismo das economias industrializadas e o maior dinamismo dos emergentes sugerem uma nova divisão internacional dos poderes político e econômico (El-Erian, 2008; Gross, 2009; Spence, 2009; Canuto e Giugale, 2010).

Assim, tendo como pano de fundo essas recentes transformações na arena internacional, o objetivo desse trabalho é explorar as interfaces entre o processo político e econômico de emergência dos BRICS e a dinâmica do comércio internacional de mercadorias no período que se seguiu à crise financeira mundial. Nossa hipótese principal é que o prolongamento dos efeitos da crise nas economias centrais tende a acelerar a tendência anterior de ascensão dos países emergentes, a qual se manifesta também no comércio internacional. O texto é composto por quatro seções. Seguindo essa introdução, a segunda seção apresenta um panorama das características gerais das economias dos quatro

¹ Fonte: Declaração de Sanya, disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de-sanya-declaration-iii-brics-summit/> Último acesso em 27 de dezembro de 2011.

parceiros comerciais em análise, especialmente no que tange aos reflexos da crise internacional em cada uma delas. A seção seguinte tem como objetivo resumir as particularidades das relações comerciais bilaterais bem como analisar o fluxo comercial no período 2000-2011. Finalmente, são tecidas algumas considerações finais.

2. BRICS: CARACTERIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RECENTE EM UM CENÁRIO DE CRISE INTERNACIONAL

Afora o fato de representarem economias com potencial e crescente papel no sistema internacional, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul apresentam diversas peculiaridades individuais. O objetivo desta seção é justamente elucidar alguns aspectos relevantes nesse sentido, em termos tanto de tamanho dessas economias quanto de seu dinamismo, especialmente no contexto da crise internacional.

Em primeiro lugar, é relevante destacar o peso demográfico dos BRICS, já que Brasil, Rússia, Índia e China figuram entre os dez países mais populosos do mundo, sendo que os dois últimos possuem populações estimadas em mais de um bilhão de habitantes. Paralelamente, é notável igualmente a grande dimensão geográfica dos BRICS, uma vez que os mesmos quatro países figuram entre os dez maiores do globo (ver Tabela 1).

Tabela 1. Dados Gerais

Países	População		Área	
	Habitantes (milhões)	Ranking Mundial	km ² (milhões)	Ranking Mundial
Brasil	203	5º	8,5	5º
Rússia	138,7	9º	17,1	1º
Índia	1.189	2º	3,3	7º
China	1.336	1º	9,6	4º
África do Sul	49	25º	1,2	25º

Fonte: The CIA World Factbook. Estimativas da população referentes a julho de 2011.

Em termos de desenvolvimento humano, dos cinco países em análise, dois deles são classificados como de *alto desenvolvimento* e três, como de *médio desenvolvimento*. Conforme relatório publicado em 2011 pelas Nações Unidas –

Human Development Report – a Rússia era o país que, dentre os BRICS, ocupava a posição mais alta no ranking: 66^a (IDH de 0,755). Em segundo lugar, está o Brasil, na 84^a posição (0,718), o que representa uma acima com relação ao ano anterior. Classificados como países de médio desenvolvimento humano estão China (101^o lugar, IDH de 0,687), África do Sul (123^o lugar, IDH de 0,619) e Índia (134^o lugar, IDH de 0,547). É interessante notar que, entre 2006 e 2011, a China subiu seis posições no ranking, o Brasil subiu três, a Índia, uma e, de outro lado, a Rússia e a África do Sul caíram uma.

Desde 2001, quando o termo foi cunhado, é notável a evolução do papel desempenhado pelos BRICS tanto na economia internacional quanto na arena política. Nos últimos dez anos, Brasil, Rússia, Índia e China contribuíram com mais de um terço do crescimento do PIB mundial, ao mesmo tempo em que passaram a representar quase um quarto da economia mundial, contra um sexto em 2001 (em termos de Paridade de Poder de Compra – PPP, na sigla em inglês). Paralelamente, conforme projeções da Goldman Sachs (2010), o grupo dos BRICs (sem a África do Sul) deve ultrapassar a economia dos Estados Unidos em 2018.²

Segundo dados da OMC³, o PIB da China em PPP para 2010 foi estimado em mais de US\$ 10 trilhões (5,9 trilhões em dólares correntes), sendo a terceira maior economia do mundo, atrás apenas da União Europeia e dos Estados Unidos. O PIB real da China cresceu, em média, 11% ao ano entre 2005 e 2010, apresentando, inclusive, uma alta de 9% em 2009. A Índia aparece como a quinta maior economia em 2010, tendo seu PIB em PPP para 2010 estimado em US\$ 4,2 trilhões (1,7 trilhões em dólares correntes). A economia indiana também apresentou um crescimento excepcional no período 2005-2010, de 9%, percentual que foi alcançado mesmo em 2009. Entre os BRICS, a Rússia se classifica como a 7^a maior economia, sendo que seu PIB em PPP para 2010 foi

² Disponível em: <http://www2.goldmansachs.com/our-thinking/brics/brics-decade.html>. Acesso em janeiro de 2012.

³ Dados do PIB disponíveis em: *Trade Profiles OMC*, atualizados em outubro de 2011. Disponível em: <http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFHome.aspx?Language=E>. O ranking mundial do PIB foi obtido no *CIA World Factbook, 2011*, disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>. Último acesso: janeiro de 2012.

estimado em US\$ 2,8 trilhões (1,5 trilhões em dólares correntes). Diferentemente do desempenho apresentado por China e Índia, a média de crescimento da economia russa foi de apenas 3% no intervalo 2005-2010, tendo caído 8% em 2009, mas voltando a crescer já em 2010 (4%). O Brasil, que no ranking figura como a 9ª economia, teve seu PIB em PPP para 2010 estimado em US\$ 2,2 trilhões (2 trilhões em dólares correntes). Similarmente à Rússia, o Brasil cresceu, em média, 4% anuais entre 2005 e 2010, com uma queda de 1% em 2009 e crescimento de 7% em 2010. Por fim, a África do Sul, que aparece como 26ª economia, possui um PIB estimado em US\$ 524 bilhões em PPP (363 bilhões em dólares correntes). Entre 2005 e 2010 a África do Sul cresceu, em média, 3% anuais, sendo que caiu 2% em 2009 e voltou a apresentar variações positivas já em 2010, de 3%.

No comércio mundial, em 2010, os BRICS representaram 16,3% das exportações e 14,6% das importações, segundo a OMC.⁴ Desconsiderando o comércio intra-União Europeia, a China foi o segundo maior exportador mundial – responsável por 10,4% das exportações – e o terceiro maior importador – 9,1% das importações mundiais.⁵ Dentre os BRICS, a Rússia aparece como segundo país de destaque em termos de comércio internacional, sendo o 7º país exportador (2,6% das exportações mundiais) e o 12º principal exportador (1,6%). Em terceiro lugar está a Índia, que, em 2010, foi o 14º principal exportador (1,4% das exportações mundiais) e o 8º principal importador (2,1%). O Brasil aparece em quarto lugar, sendo o 16º principal exportador (1,3%) e o 14º importador (1,2%) em 2010. Finalmente, a África do Sul, cuja participação no comércio internacional é bastante inferior à dos demais países do agrupamento, ocupou a 25ª posição no ranking dos países exportadores (0,5%) e a 22ª no dos países importadores (0,6%).

⁴ Dados brutos em *Trade Profiles OMC*, atualizados em outubro de 2011. Disponível em: <http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFHome.aspx?Language=E>. Acesso em janeiro de 2012.

⁵ O ranking mundial do comércio de mercadorias considera a União (UE27) como um país (ou seja, exclui as transações individuais de cada membro). Considerando os membros da UE como parceiros individuais, a China passa a ocupar o primeiro lugar no ranking de exportação mundial e o segundo no ranking de importação mundial em 2010.

Em 2009, a China ultrapassou a Alemanha como maior exportadora mundial e, em 2010, passou à frente do Japão como segunda maior economia.⁶ De fato, desde o final dos anos 1970, a China vem experimentando um processo intenso de modernização de sua economia, bem como de integração aos fluxos internacionais de comércio e de investimentos, o que está gerando uma profunda transformação de sua realidade sócio-econômica, com reflexos igualmente importantes na ordem econômica e política internacional. Em 1978, 82% da população viviam na zona rural, sendo que 40% da produção e 70% do emprego eram originados no setor primário. Por outro lado, em 2009, esse cenário se reverteu. Além de um crescimento de 39% da população nesse intervalo, 44% estava vivendo na cidade, de modo que, nesta nova realidade, as atividades econômicas tipicamente urbanas passaram a responder pela maior parte da produção – 49% indústria e 40% serviços – e do emprego – 27% indústria e 33% serviços.⁷

Ainda assim, conforme o Banco Mundial, a China é considerada um país de renda média-alta (*upper middle-income*), tendo uma renda per capita estimada em US\$ 4.260, menor do que a média mundial. Vale destacar também que a China possui o segundo maior número de pobres consumidores no mundo, atrás apenas da Índia, de modo que a redução da pobreza no país continua sendo um desafio fundamental.⁸

Com a crise financeira internacional, a China reduziu seu ritmo de crescimento, especialmente em função da redução da demanda externa por produtos chineses. Todavia, o forte estímulo fiscal e a expansão do crédito contribuíram para contrabalançar os efeitos da crise, garantindo um crescimento entre 9% e 10% depois de 2008, abaixo do desempenho médio de

⁶ O ranking das maiores economias citado anteriormente considera a União Europeia como um bloco, o que coloca a China em terceiro lugar.

⁷ Os dados aqui apresentados foram obtidos no National Bureau of Statistics of China, em seu “China Statistical Yearbook 2007” (<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2007/indexeh.htm>, capturados em fevereiro de 2009), no “The Key Indicators for Asia and the Pacific 2010” (http://www.adb.org/Documents/Books/Key_Indicators/2010/Country.asp, acesso em novembro de 2010), em Naughton (2007), Wu Jiglian (2005), e na base de dados do Banco Mundial (<http://data.worldbank.org/country/china>, acesso em novembro de 2010).

⁸ WORLD BANK. China Overview, 2011, disponível em: <http://www.worldbank.org/en/country/china/overview> e World Development Indicators 2010, tabela especial da China, disponível em: <http://data.worldbank.org/country/china>. Acesso em dezembro de 2011.

12% ao ano no período 2003-2007. Para 2011, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta que o PIB real da China crescerá 9,6% e se manterá em uma taxa média de 9,5% nos próximos cinco anos.⁹

Contudo, a China tem enfrentado pressões inflacionárias – reflexo, em parte, do seu superávit em conta corrente – bem como problemas com a dívida do governo local, a qual foi elevada devido às políticas de estímulo.¹⁰ Assim, dentre as medidas para combater a inflação, o governo chinês continua a fazer mudanças políticas, incluindo a liberalização da regulamentação de câmbio do Yuan, para incentivar os investidores chineses e as empresas a investir no exterior.¹¹

Similarmente à China, a Índia também passou por transformações significativas, deixando de ser uma economia fechada e integrando-se ao cenário internacional a partir das reformas econômicas no país em 1991. Atualmente, a economia indiana é caracterizada por políticas de comércio e de investimento estrangeiro liberais, por um papel de destaque do setor privado e pela desregulamentação.

Durante a última década, a Índia testemunhou um crescimento econômico acelerado, emergindo como a quinta maior economia do mundo em termos de paridade de poder de compra.¹² Vale destacar que, apesar das altas taxas de crescimento do PIB no período anterior à erupção da crise iniciada em 2008, a economia indiana estava desacelerando desde 2006, em função da prioridade do Banco Central da Índia (*Reserve Bank of India*, RBI) de reduzir a inflação. Nada obstante, desde setembro de 2008, o RBI mudou radicalmente sua prioridade a fim de assegurar o crescimento econômico do país. Para Nassif (2010), o fato de a Índia ter respondido com políticas fiscais e monetárias de modo mais rápido e intenso do que o Brasil, por exemplo, foi decisivo para que a

⁹ MORRINSON, Wayne M. Congressional Research Service- China's Economic Conditions, 2011. Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33534.pdf>. Acesso em dezembro de 2011.

¹⁰ CIA World Factbook, 2011. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>. Acesso em dezembro de 2011.

¹¹ WHITE AND WILLIAMS, China's Economy in 2011, 2011. Disponível em: <http://www.whiteandwilliams.com/resources-alerts-9.html>. Acesso em dezembro de 2011.

¹² Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2001rank.html?countryName=China&countryCode=ch®ionCode=eas&rank=3#ch>. Acesso em janeiro de 2012.

economia não apenas evitasse uma recessão, como também restabelecesse uma trajetória de crescimento – estimado em mais de 9% do PIB real em 2009. Nesse sentido, ao contrário do Brasil, que entrou em recessão em 2009 (contração real de 0,2% do PIB), a Índia foi o segundo país menos afetado pela crise internacional, atrás apenas da China.¹³

A saber, o crescimento indiano tem sido liderado pelo setor de serviços, o qual foi responsável por quase 56% do PIB em 2008/2009, contra 34% no período 1970/71¹⁴. No mesmo período, as manufaturas também cresceram, alterando sua parcela do PIB de 22% para 26%. Em contraste, o crescimento agrícola continua a ser lento e errático e dependente do clima, especialmente entre pequenos produtores, sendo que sua participação na composição do PIB declinou de 44% para 18% no período em análise.¹⁵

No que diz respeito ao comércio exterior, vale destacar que o fluxo comercial da Índia cresceu substancialmente após 2002, alcançando US\$ 539 bilhões em 2010. O maior crescimento ocorreu em função do aumento das importações, o que resultou em um crescente saldo comercial negativo. Mais especificamente, entre 2000 e 2009, as exportações de bens e serviços elevaram-se fortemente, a uma taxa média de 16%, apesar da queda de 7% em 2009. No mesmo período, as importações cresceram a uma taxa média de 19%, mesmo com uma redução também de 7% em 2009.¹⁶

Para a OMC, esse crescimento econômico acelerado tem tido como reflexo a melhora dos indicadores sociais, incluindo o declínio na mortalidade infantil, a melhora nas condições de saneamento e de acesso à água limpa, a redução da porcentagem da população vivendo abaixo da linha da pobreza e o aumento das taxas de alfabetização. Ao mesmo tempo, a Índia ainda enfrenta alguns grandes problemas, tais como desemprego, subemprego e carências no

¹³ NASSIF, André. *Brasil e Índia frente à crise econômica global*. BNDES, 2009. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/td/TD-110.pdf Acesso em 27 de abril de 2011.

¹⁴ A saber, o ano fiscal na Índia corresponde a abril/março.

¹⁵ Ernest & Young. *Doing Business in India*. Gurgaon, 2010, pg 19. Disponível em: http://www.ibef.org/download/Doing_business_in_India_240510.pdf Acesso em 25 de abril de 2011.

¹⁶ Ver World Trade Organization, Trade Profiles 2010. Disponível em http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/anrep_e/trade_profiles10_e.pdf. Acesso em 26 de abril de 2011.

setor de infraestrutura, particularmente em termos de transporte e de eletricidade. Todos esses gargalos se constituem em grandes obstáculos para o país manter sua taxa de crescimento atual, bem como para atingir as taxas de crescimento substancialmente maiores a que o governo almeja.¹⁷

Outra economia que tem se destacado neste início de século XXI por seu dinamismo econômico é a Rússia.¹⁸ Após um período de elevada instabilidade nos anos que se seguiram ao fim da União Soviética, tendo culminado na moratória da dívida externa, em 1998, o quadro econômico alterou-se radicalmente. A saber, entre 1999 e 2008, o PIB cresceu, em média, 6,8% ao ano; verificou-se uma moderada recuperação nos níveis agregados de investimento; uma ampliação expressiva dos excedentes gerados pelo comércio internacional, gerando efeitos positivos sobre os indicadores de vulnerabilidade externa e sobre a solvência do setor público.

Vale destacar que esse *boom* da economia russa esteve atrelado diretamente ao ciclo de alta nos preços internacionais das *commodities* energéticas, dentre as quais cabe ressaltar o carvão, o petróleo, o gás natural, a madeira, entre outras. O setor de petróleo, que representa aproximadamente 15% do PIB e responde por $\frac{1}{4}$ das exportações, liderou o *boom* verificado nos anos 2000 e contribuiu decisivamente para a recuperação fiscal da economia russa. As exportações cresceram, em média, 16% ao ano entre 1995 e 2008, passando de US\$ 83 bilhões para US\$ 468 bilhões. As importações apresentaram um incremento semelhante, expandindo-se ao ritmo de 15% ao ano, atingindo, neste último ano, o montante de US\$ 293 bilhões, contra US\$ 63 bilhões de 1995. Os saldos comerciais expressivos garantiram a geração de superávits em conta corrente da ordem de 10% do PIB, considerando a média do período 1999-2008. A forte acumulação de reservas internacionais reverteu o quadro de

¹⁷ World Trade Organization, “*Trade Policy Review – India: Report by Secretariat*”. Genebra, 2007. Disponível em http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp283_e.htm. Acesso em janeiro de 2012.

¹⁸ Os dados aqui apresentados são provenientes das seguintes fontes primárias: (i) Banco Mundial (<http://data.worldbank.org/country/russian-federation>, acesso em outubro de 2010); (ii) CIA World Factbook (<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rs.html>, acesso em outubro de 2010); Russia Federation at Glance em 09/12/2009 – World Bank (www.worldbank.org, [Home](#) > [Countries](#) > [Europe and Central Asia](#) > [Russian Federation](#) > [Overview](#) > [Country Brief](#) > Russia Country Brief, acesso em outubro de 2010).

vulnerabilidade externa verificada no período que antecedeu a crise financeira de 1998.

Assim, antes de 2008, a economia russa dava sinais claros de superaquecimento. No final de 2007 e começo de 2008, o PIB crescia ao ritmo de 8% ao ano e a demanda doméstica, de 15% ao ano, liderada especialmente pela recuperação dos investimentos e pela manutenção de níveis robustos de expansão do consumo. No entanto, esse elevado crescimento passou a se alterar com o aprofundamento da crise financeira internacional.

De fato, em 2009, o PIB apresentou uma variação negativa de 8% – a maior queda no G20 – com forte contração na demanda doméstica e externa, principalmente como reflexo da queda nos preços internacionais do petróleo e de outras *commodities*. A interrupção dos fluxos externos de capitais colocou forte pressão no sistema financeiro doméstico. A situação fiscal também se deteriorou, com a inversão da posição superavitária pré-crise de cerca de 5% do PIB para déficits médios entre 5% e 6% do PIB no biênio 2009-2010. No ano seguinte, o PIB cresceu 4%, sendo que as atuais projeções do FMI apontam para variações esperadas de 4,8% e de 4,5% em 2011 e em 2012, respectivamente.¹⁹

Conforme Guriev e Tsyvinski (2010)²⁰, a despeito das altas taxas de crescimento entre 1999 e 2008, a Rússia falhou em resolver muitos problemas importantes no país, especialmente àqueles relativos à corrupção e à dependência na exportação de commodities. Para os autores, o período pós-crise será bastante difícil para a Rússia, por razões tanto externas quanto internas. De um lado, o menor crescimento global deve refletir, provavelmente, em *preços* de petróleo mais baixos do que no período pré-crise, mas certamente em menores *taxas de crescimento do preço* do petróleo, o que decididamente irá influenciar o menor crescimento do país. Ainda conforme Guriev e Tsyvinski (2010), o crescimento futuro dependerá igualmente da construção de instituições políticas e econômicas, que assegurem os direitos de propriedade, reduzam a corrupção, garantam o cumprimento dos contratos e da concorrência.

¹⁹ Ver: IMF World Economic Outlook, April 2011, table 1.1 e (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/index.htm>, acesso em abril de 2011)

²⁰ Disponível em: http://www.piie.com/publications/chapters_preview/4976/01iie4976.pdf Acesso em janeiro de 2012.

A República da África do Sul é uma das economias mais importantes do continente africano, tendo ingressado oficialmente no agrupamento em abril de 2011, no encontro de líderes dos BRICS, em Sanya, na China. Em 2009, a renda *per capita* sul-africana foi de US\$ 6.090, em valores correntes, e de US\$ 10.360 em PPP.²¹ As atividades econômicas são relativamente diversificadas, sendo que os serviços e a indústria manufatureira correspondem por 66% e 17%, respectivamente, da renda nacional.²² Apesar de sua modesta contribuição para o PIB – 3% –, a agricultura permanece como uma atividade importante, na medida em que absorve uma grande parcela da mão-de-obra não qualificada. Paralelamente, não obstante os esforços para melhorar o bem-estar social, aproximadamente 43% da população sul-africana vive abaixo da linha da pobreza de US\$ 2 por dia, conforme dados de 2006.²³

Apesar do ainda elevado desemprego, da baixa poupança interna, do baixo investimento e do grande déficit em conta corrente, a África do Sul vinha apresentando bons resultados econômicos. Essa trajetória, no entanto, foi interrompida com a crise financeira global, desencadeando a primeira recessão em 17 anos. A saber, a renda do país experimentou uma contração de 2% em 2009, as atividades de agricultura, mineração e manufatura decresceram, o comércio exterior apresentou uma contração significativa, o endividamento familiar se ampliou, a inflação se acelerou e a crise no sistema de fornecimento de energia no país culminou em apagões. A tensão política resultante foi tão grande que Thabo Mbeki, então presidente da África do Sul, renunciou ao cargo no fim de 2008.²⁴

Contudo, o crescimento do PIB real se recuperou logo em 2010 (3%), apesar de esta taxa de crescimento do PIB manter-se claramente abaixo do

²¹ Ver: <http://data.worldbank.org/country/south-africa> (acesso em dezembro de 2011).

²² Ver: <http://data.worldbank.org/country/south-africa> (acesso em dezembro de 2010). Valores referentes à média 2005-2009. A indústria total correspondia a 31% da renda, sendo 17% para a indústria de transformação e 14% para a extrativista.

²³ World Trade Organization, “*Trade Policy Review – SACU members (Botswana, Lesotho, Namibia, South Africa and Swaziland: Report by Secretariat*”. Genebra, 2009, p. 281 e 282. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp322_e.htm Acesso em: 10/12/14

²⁴ *Africa Can...End Poverty*, World Bank blog. Disponível em <http://blogs.worldbank.org/africacan/the-impact-of-the-financial-crisis-on-south-africa>. Acesso em 14 de dezembro de 2010.

potencial, estimado em torno de 4% ao ano para a África do Sul.²⁵ Assim, uma ampla recuperação foi impulsionada principalmente pela renovada demanda global por *commodities* e pelos gastos relacionados à Copa do Mundo de 2010, bem como pelo avivamento da indústria automobilística e do aumento da demanda por produtos químicos.²⁶ De acordo com a avaliação da OMC²⁷, políticas fiscais e monetárias sólidas, um sistema financeiro bem regulado e limites prudentes de investimento estrangeiro ajudaram a limitar a exposição da África do Sul à crise. Além disso, o baixo endividamento público do país proveu acesso ao crédito internacional, necessário para o governo expandir seus próprios gastos em áreas como serviços de infra-estrutura e serviços sociais.

No entanto, o desemprego e a pobreza continuam sendo problemas latentes no país, além da escassez no fornecimento de eletricidade, ameaçando as perspectivas de crescimento no curto prazo. Para que o crescimento seja sustentável, a África do Sul necessita lidar com questões estruturais como a fraca educação, que contribui para a pobreza endêmica, a desigualdade e um hiato em capacidades, que, por sua vez, contribuem para os altos níveis de desemprego que assolam os segmentos pobres e desqualificados da sociedade. Os impactos econômicos da AIDS e do crime também representam um grande gargalo ao crescimento.

De maneira geral, portanto, vale ressaltar que um dos principais resultados desse desenvolvimento dos BRICS na última década deve ser percebido, contudo, nos próximos anos. Conforme destaca relatório da Goldman Sachs (2010), o crescimento da renda nesses países irá criar uma nova e massiva classe média – definida como o grupo com renda entre US\$ 6.000 e US\$ 30.000 anuais. Esse crescimento da classe média será liderado pelos dois países mais

²⁵ AEO- African Economic Outlook. South Africa Overview, 2011. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/countries/southern-africa/south-africa/>. Acesso em dezembro de 2011.

²⁶ WORLD BANK. South Africa: Country Brief, 2010. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/SOUTHAFRICAEXT/N/0..menuPK:368086~pagePK:141132~piPK:141107~theSitePK:368057.00.html>. Acesso em dezembro de 2011.

²⁷ World Trade Organization, “Trade Policy Review – SACU members (Botswana, Lesotho, Namibia, South Africa and Swaziland: Report by Secretariat”. Genebra, 2009, p. 288. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp322_e.htm. Acesso em: 10/12/14

populosos do mundo, China e Índia, devendo gerar uma mudança nos padrões da demanda global. Consequentemente, isso deve impactar os tipos de produtos importados pelos BRICs, com uma provável queda da importação de produtos com baixo valor agregado e aumento de produtos com alto valor agregado, tais como carros, equipamentos de escritório e tecnologia.²⁸

Cabe destacar ainda que, para que essas expressivas taxas de crescimento possam se manter nos próximos anos, será necessário acelerar o investimento em infraestrutura. De fato, esse tipo de investimento possui impactos diretos no crescimento, aumentando a produtividade, ao permitir que a economia produza mais produto com a mesma quantidade de capital e de trabalho. Ademais, a melhoria na infraestrutura também gera efeitos positivos indiretos, tais como atração de investimentos estrangeiros, estímulo do comércio internacional, melhora nos indicadores de saúde e de educação, além de redução das disparidades de renda (Goldman Sachs, 2011).²⁹

Com efeito, para a Goldman Sachs (2011), enquanto os grandes projetos de investimentos públicos nos BRICS parecem ser encorajadores, eles ainda são insuficientes para atrair igualmente o capital privado. A saber, China e Índia exibem as taxas de crescimento em infraestrutura mais elevadas, ainda que tenham como base um patamar muito baixo. Paralelamente, a infraestrutura no Brasil é relativamente subdesenvolvida e não possui as mesmas taxas de crescimento. A Rússia conta com uma infraestrutura muito mais avançada do que os demais, em função dos altos investimentos durante a Era Soviética, se bem que boa parte dela encontra-se prejudicada devido à ausência de manutenção. Atualmente, portanto, apesar de notáveis melhorias na maioria dos setores, o investimento em infraestrutura ainda é insuficiente para acompanhar o rápido crescimento da demanda. Sendo assim, para que as projeções otimistas sobre o desempenho futuro dos BRICS sejam realizadas, será necessário um investimento substancial em projetos de infraestrutura nos próximos anos (Goldman Sachs, 2011).

²⁸ Disponível em: <http://www2.goldmansachs.com/our-thinking/brics/brics-decade.html>. Acesso em janeiro de 2012.

²⁹ Disponível em: <http://www2.goldmansachs.com/our-thinking/brics/progress-report-on-building-brics.html>. Acesso em janeiro de 2012.

3. BRICS: POLÍTICA COMERCIAL E AS RELAÇÕES COM O BRASIL

3.1. Rússia

Na década de 1990 a Rússia iniciou seu processo de liberalização comercial, bem como o processo de adesão à OMC, em 1993. A Rússia estabeleceu acordos de livre comércio com os membros da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), de modo que as mercadorias originárias destes países são isentas de impostos de importação, ainda que sujeitas a certas condições, como evitar os subsídios às exportações.³⁰

Em 2010, entrou em vigor a União Aduaneira entre Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão (RBK Customs Union). Com a criação deste espaço aduaneiro comum, foram abolidas as restrições tarifárias no que se refere à circulação no interior do bloco dos bens originários dos países membros.³¹ Em âmbito multilateral, destaca-se também a participação da Rússia na Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC).³² A Rússia também possui diversos acordos de livre comércio no âmbito bilateral com países da antiga zona de influência soviética³³, além de acordos com os Estados Unidos, o Canadá e o Japão. Tais acordos foram celebrados ou no fim do regime soviético e simplesmente adaptados à Federação Russa – caso do acordo com os EUA –, ou logo após o colapso do sistema soviético.³⁴

O Acordo de Parceria e Cooperação, o qual entrou em vigor em 1997, estabeleceu um quadro institucional para consultas regulares entre a UE e a Rússia. Na reunião de cúpula de São Petersburgo em maio de 2003, ambos reforçaram a sua cooperação através da criação de quatro “espaços comuns” no âmbito do Acordo de Parceria e Cooperação: um econômico; um de liberdade, segurança e justiça; um de cooperação no campo da segurança externa; e um de pesquisa e educação, incluindo aspectos culturais. Um novo acordo de parceria

³⁰ FREE TRADE AGREEMENT BETWEEN Commonwealth of Independent States – www.worldtradelaw.net Acesso em 26/09/2010.

³¹ US Commercial Service, Doing Business in Russia, 2010.

³² Disponível em http://www.apec.org/etc/medialib/apec_media_library/downloads/sec/docs/2007.Par.0014.File.v1.1. Acesso em 13/09/2010.

³³ Pricewaterhousecoopers. *Doing Business and investing in the Russian Federation*. 2010.

³⁴ Disponível em <http://www.wto.ru/documents.asp?f=trade&t=15> Acesso em 29/09/2010.

já foi discutido e adiado por razões políticas³⁵, mas com a entrada da Rússia na OMC, as negociações parecem estar tomando rumos mais positivos.³⁶

A estrutura de comércio exterior da Rússia se caracteriza por uma elevada concentração das exportações em recursos naturais – 2/3 do total exportado corresponde a combustíveis e minerais, especialmente petróleo e gás, alumínio, carvão e produtos florestais. As importações mais destacadas são de máquinas e equipamentos, bens de consumo, remédios, carne, açúcar e produtos metálicos semi-acabados. Os principais mercados de destino para as exportações russas se localizam na Europa e Ásia. As importações se originam, principalmente, na Alemanha, China, Ucrânia e Japão.

Nas relações comerciais com o Brasil, vale destacar que, no período recente, houve embargos temporários da exportação da carne brasileira à Rússia, em função de problemas de saúde constatados em determinadas fazendas do Brasil.³⁷ Nesse sentido, em 2008 foi assinado um protocolo com o intuito de regulamentar o fornecimento de carnes brasileiras para a Rússia.³⁸ Ademais, por meio de mecanismos como o Comitê Consultivo Brasil – Rússia, pretende-se intensificar o diálogo oficial.³⁹ Ainda assim, destaca-se que o comércio de carne *in natura*, não importando sua espécie, sofre diversas restrições para adentrar o território russo, estando regulado pelas “*normativas*

³⁵ Pricewaterhousecoopers. *Doing Business and investing in the Russian Federation*. 2010.

³⁶ European Council, "UE-Rússia: Parceria estratégica no bom caminho". Disponível em: <http://www.european-council.europa.eu/home-page/highlights/eu-russia-strategic-partnership-on-track.aspx?lang=pt>. Acesso em: 16/12/2011.

³⁷ Em 2004, verificou-se o embargo russo a qualquer carne proveniente do Brasil. Atualmente, também está em vigência um embargo à exportação de carnes à Rússia que já dura 6 meses, atingindo produtores do Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. Fontes: Folha de São Paulo. *Exportação de carne bovina cresce, mesmo com aftosa*. 27 de junho de 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u108871.shtml>. Portal Agronline. *Rússia libera exportação de carne brasileira*. 30 de junho de 2004. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=624> e Portal Rural Br Pecuária. *Embargo russo a carnes brasileiras dura seis meses*. 15 de dezembro de 2001. Disponível em: <http://pecuaria.ruralbr.com.br/noticia/2011/12/embargo-russo-a-carnes-brasileiras-completa-seis-meses-3597525.html> Acesso em: 17/12/2011.

³⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Intercâmbio Comercial do Agronegócio*. 2010. Disponível em: www.braziltradenet.gov.br/.../PUBIntercambioAgronegocioP.pdf Acesso em 05/04/2011.

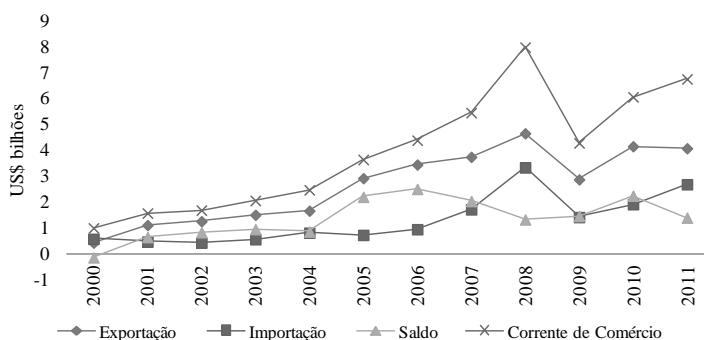
³⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Intercâmbio Comercial do Agronegócio*. 2010. Disponível em: www.braziltradenet.gov.br/.../PUBIntercambioAgronegocioP.pdf Acesso em 05/04/2011.

veterinárias vigentes da Federação Russa que não contradizem o Código Sanitário dos Animais Terrestres da OMS". No Brasil, existem alguns estabelecimentos habilitados pelo Serviço Federal Russo, os quais estão localizados nos seguintes estados: Pará, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins e Rondônia.

Considerando as relações comerciais entre Brasil e Rússia desde o início do século XXI, é clara a tendência de aumento na corrente de comércio entre os dois países.⁴⁰ Mais especificamente, entre 2000 e 2011 as exportações brasileiras para a Rússia passaram de US\$ 422 milhões para mais de US\$ 4,2 bilhões, tendo atingido US\$ 4,6 bilhões em 2008. Por outro lado, no mesmo período, as importações brasileiras oriundas da Rússia passaram de US\$ 570 milhões para US\$ 2,9 bilhões, sendo que 2008 também foi o ano com o maior volume de importações, US\$ 3,3 bilhões. Nesse sentido, a corrente de comércio entre os dois países, que atingiu seu valor mais alto em 2008 – quase US\$ 8 bilhões – evoluiu de US\$ 993 milhões para US\$ 7,1 bilhões no período analisado. Vale destacar, finalmente, a verificação de constantes superávits brasileiros nas relações de comércio com a Rússia. A saber, com exceção do ano 2000, quando o Brasil contabilizou um déficit de US\$ 147 milhões, entre 2001 e 2011 o superávit brasileiro passou de US\$ 638 milhões para US\$ 1,2 bilhão, tendo atingido superávits maiores do que US\$ 2 bilhões em 2005, 2006, 2007 e 2010. O gráfico a seguir resume a evolução das relações comerciais russo-brasileiras.

⁴⁰ Fonte dos dados de comércio entre Brasil e Rússia (balança comercial, principais produtos exportados e importados): Sistema AliceWeb. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2012.

Figura 1. Comércio Bilateral entre Brasil e Rússia, 2000-2011



Fonte: MDIC/Alice Web.

No que tange à estrutura de comércio entre os dois países, a mesma tem sido caracterizada pelo predomínio de produtos primários, de extrativismo mineral ou de produtos industrializados em setores processadores de recursos naturais, do lado das exportações brasileiras, e pela preponderância de produtos químicos, do lado das exportações russas. Com efeito, em 2011, as importações brasileiras provenientes da Rússia foram lideradas pelo *nitrato de amônio*, com 15,7% de participação, equivalente a US\$ 461 milhões. Em segundo lugar ficou a *ureia com teor de nitrogênio*, representando 15,5% da pauta, US\$ 455 milhões. O *diidrogênio-ortofosfato de amônio* ocupou a terceira posição na pauta de exportações russas ao Brasil, com 14,7% do total, US\$ 431 milhões.

Paralelamente, a pauta de exportações do Brasil para a Rússia em 2011 foi liderada pelo o *açúcar em cana*, com mais de US\$ 1,8 bilhão de dólares, ou 44% do total exportado, caracterizando uma pauta bastante concentrada. O Brasil destaca-se também nas exportações de *carne bovina congelada* com pouco mais de US\$ 1 bilhão em exportações (24% da pauta). Outros produtos relativamente significativos nas exportações brasileiras para a Rússia são a *soja em grãos* e o *fumo não manufaturado*.

3.2. Índia

A Índia celebrou diversos Acordos Comerciais Regionais nos últimos anos, os quais teriam como objetivo suplementar os ganhos da liberalização comercial multilateral. Desde a assinatura do Acordo de Bangkok em 1975, a

Índia celebrou acordos principalmente com outros países em desenvolvimento, com países da região (SAFTA) e com alguns de seus vizinhos. Ao mesmo tempo, a Índia também está buscando desenvolver ligações com outros agrupamentos regionais, como a ASEAN e o MERCOSUL.⁴¹

A Associação Sul Asiática para Cooperação Regional (SAARC, na sigla em inglês), um acordo para cooperação regional entre Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka, foi estabelecida na primeira Cúpula em Daca em dezembro de 1985. Em 1993, os membros assinaram o Arranjo de Comércio Preferencial da SAARC (SAPTA, na sigla em inglês), que garante acesso limitado preferencial aos mercados. Posteriormente, foi assinado o Acordo sobre uma Zona de Livre Comércio Sul Asiática (SAFTA, na sigla em inglês) em 2004.⁴² Já o Acordo Comercial do Pacífico Asiático (APTA, na sigla em inglês) – originalmente Acordo de Bangkok – foi assinado em 1975 por Bangladesh, Índia, Laos, República da Coreia, Filipinas, Sri Lanka e Tailândia, sendo que a China aderiu ao acordo em 2001. O APTA entrou em vigor em 2006.⁴³

A Iniciativa da Baía de Bengala para Cooperação Multisetorial, Técnica e Econômica (BIMST-EC, na sigla em inglês), originalmente conhecida como BIST-EC foi assinada em 1997 por Bangladesh, Índia, Sri Lanka e Tailândia. Posteriormente, Mianmar, Nepal e Butão também se tornaram membros. Em 2004, os países da BIMST-EC assinaram um Acordo Estrutural para formar uma área de livre comércio até 2012.⁴⁴ Sob o Sistema Generalizado de Preferências (GSP), a Índia recebe acesso preferencial aos mercados da Bulgária, do Canadá, da Comunidade Europeia, do Japão, da Nova Zelândia, da Noruega,

⁴¹ World Trade Organization, “Trade Policy Review – India: Report by Secretariat”. Genebra, 2008, p. 24. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp283_e.htm Acesso em: 14/04/2011.

⁴² Agreement of South Asian Free Trade Area. Disponível em: <http://www.commerce.gov.pk/SAFTA.php> Acesso em: 28/04/2011.

⁴³ World Trade Organization, “Trade Policy Review – India: Report by Secretariat”. Genebra, 2008, p. 26. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp283_e.htm Acesso em: 14/04/2011.

⁴⁴ The Financial Express. *BIMSTEC free trade area from july next year*. 7 de março de 2011. Disponível em: http://www.thefinancialexpress-bd.com/more.php?news_id=128348&date=2011-03-07 Acesso em: 29/04/2011.

da Rússia, da Turquia, da Suíça e dos Estados Unidos.⁴⁵ A Índia tem Acordos Bilaterais de Comércio com diversos países, principalmente asiáticos.⁴⁶

A partir dos anos 2000, a Índia também buscou se aproximar da ASEAN (foi assinado, entre outros, um acordo de comércio de bens, o qual prevê a criação gradual de uma área de livre comércio, que deve entrar em vigor em 2013 e estar completa em 2018⁴⁷), da União Européia (Parceria Estratégica Índia-EU de 2005), dos Estados Unidos (Fórum de Política Comercial EUA-Índia, cujo primeiro encontro foi em 2005 também)⁴⁸, da União Aduaneira Sul-Africana (Memorando de Entendimento em 2008⁴⁹) e do MERCOSUL (Acordo Estrutural para Promover Cooperação Econômica de 2003 e Acordo de Comércio Preferencial, de 2004, com entrada em vigor em 2009). Ao MERCOSUL, a Índia ofereceu compromissos em 450 linhas de tarifas no nível do Sistema Harmonizado (HS) de oito dígitos, com preferências entre 10% e 100% da taxa de Nação Mais Favorecida (NMF).⁵⁰

As relações comerciais entre Índia e Brasil são institucionalizadas pelo acordo entre Índia e MERCOSUL, uma vez que não há acordos comerciais bilaterais entre os dois países. A decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) de estreitar os laços com a Índia foi por vezes criticada, visto que não havia laços comerciais significativos entre os dois países. No entanto, tal decisão foi tomada com o intuito de iniciar uma aliança política a partir da qual laços comerciais deveriam ser fortalecidos. De fato, os esforços brasileiros de estreitar relações com a Índia fazem parte de um escopo mais amplo da estratégia diplomática brasileira de fortalecer o relacionamento com países em

⁴⁵ World Trade Organization, “Trade Policy Review – India: Report by Secretariat”. Genebra, 2008, p.28. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp283_e.htm Acesso em: 14/04/2011.

⁴⁶ Informação disposta no sítio do Ministério do Comércio e Indústria da Índia. Disponível em: http://commerce.nic.in/trade/international_ta_current_details.asp Acesso em: 28/04/2011.

⁴⁷ Agreement on Trade in Goods Under the Framework Agreement on Comprehensive Economic Cooperation Between the Republic of India and the ASEAN. Disponível em: <http://commerce.gov.in/trade/ASEAN-India%20Trade%20in%20Goods%20Agreement.pdf> Acesso em: 28/04/2011.

⁴⁸ World Trade Organization, “Trade Policy Review – India: Report by Secretariat”. Genebra, 2008, p. 27-28. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp283_e.htm Acesso em: 14/04/2011.

⁴⁹ Informação disposta no sítio do Ministério do Comércio e Indústria da Índia. Disponível em: http://commerce.nic.in/trade/international_ta_current_details.asp Acesso em: 28/04/2011.

⁵⁰ Informação disposta no sítio do Ministério do Comércio e Indústria da Índia. Disponível em: http://commerce.nic.in/trade/international_ta_current_details.asp Acesso em: 28/04/2011.

desenvolvimento, sob a lógica da Cooperação Sul-Sul, uma das principais marcas do governo Lula.⁵¹ Um exemplo disso é a formação do IBAS, agrupamento que reúne Índia, Brasil e África do Sul, países que ocupam a posição de grandes democracias multiétnicas no sistema internacional e que partilham visões semelhantes em diversos temas multilaterais.

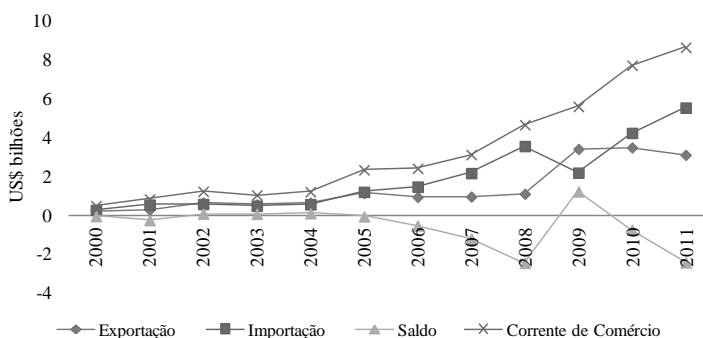
Percebe-se que a importância do mercado indiano tem oscilado ao longo dos últimos anos para o comércio exterior brasileiro.⁵² Ainda assim, pode-se afirmar que a partir de 2006 tem se verificado um aumento constante da corrente de comércio entre os dois países, a qual passou de US\$ 2,4 bilhões no referido ano para US\$ 9,2 bilhões em 2011. Desconsiderando os anos 2000 e 2001, quando as exportações brasileiras somaram menos de US\$ 300 milhões em cada ano, podemos dividi-las em três momentos: 2002-2004, quando se situaram em torno de US\$ 620 milhões; 2005-2008, quando a média foi de US\$ 1 bilhão; e, no último triênio, 2009-2011, cuja média foi de US\$ 3,3 bilhões, sendo que o valor mais alto foi alcançado em 2010, US\$ 3,5 bilhões.

Com relação às importações brasileiras oriundas da Índia, verifica-se que a tendência geral foi de crescimento durante o período em análise, tendo evoluído de US\$ 271 milhões em 2000 para US\$ 6 bilhões em 2011. Mais especificamente, o valor importado cresceu sistematicamente desde 2003 (US\$ 485 milhões), com exceção do ano 2009 (US\$ 2,19 bilhões), quando o patamar foi semelhante a 2007 (2,16 bilhões), sendo que em 2010 (US\$ 4,2 bilhões) as importações já superaram o valor verificado em 2008 (US\$ 3,5 bilhões). Com efeito, justamente 2009 foi o único ano no qual o Brasil obteve um superávit expressivo no comércio com a Índia (US\$ 1,2 bilhão), resultado tanto de um aumento expressivo das exportações naquele ano, quanto de uma queda atípica das importações. Desde 2005, o Brasil apresentava déficits crescentes com a Índia, chegando a US\$ 2,88 bilhões em 2011.

⁵¹ STUENKEL, Oliver. The case for stronger Brazil-India Relations. *Indian Foreign Affairs Journal* Vol. 5, No 3, julho-setembro de 2010, p.290-304. Disponível em: http://www.gppi.net/fileadmin/media/pub/2011/Stuenkel_2011_India-Brazil-Relations_IFAJ.pdf Acesso em: 28/04/2011.

⁵² Fonte dos dados de comércio entre Brasil e Índia (balança comercial, principais produtos exportados e importados): Sistema AliceWeb. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2012.

Figura 2. Comércio Bilateral entre Brasil e Índia, 2000-2011



Fonte: MDIC/Alice Web.

No que diz respeito aos produtos exportados, tanto o Brasil quanto à Índia possuem pautas de exportação bastante concentradas. Com relação à pauta de exportação brasileira, o *óleo bruto de petróleo* representou 53% do total exportado em 2011, US\$ 1,7 bilhão. Em segundo lugar, ficou o *sulfeto de minérios de cobre*, cujo valor alcançou US\$ 419 milhões, correspondendo a pouco mais de 13% das exportações. O *óleo de soja em bruto* ocupou o terceiro lugar no ranking de principais produtos exportados, alcançando quase US\$ 165 milhões, cerca de 5% do total exportado. Vale ressaltar ainda a queda na participação na pauta do *açúcar em cana*, produto que em 2010 representou quase 27% do total exportado (mais de US\$ 850 milhões) e que em 2011 foi de aproximadamente US\$ 120 milhões, equivalente a apenas 3,8% da pauta.

Sobre a pauta de exportações indiana para o Brasil, em 2011 o *óleo diesel* correspondeu por 51,4% da pauta, chegando a um valor de mais de US\$ 3,1 bilhões e apresentando um aumento de participação significativo com relação a 2010, quando representou 41% da pauta. Destacam-se também diversos produtos têxteis, ainda que nenhum se sobressaia individualmente.

3.3. China

Desde a eclosão da crise financeira internacional, os líderes chineses declararam inequivocamente a posição da China contra mecanismos protecionistas em vários fóruns internacionais. O Presidente Hu Jintao se uniu aos outros líderes dos países membros do G20 no compromisso de não erguer

novas barreiras ao investimento ou ao comércio de bens e serviços, de não impor novas restrições de exportação nem implementar medidas para estimular a exportação inconsistentes com a OMC e corrigir prontamente quaisquer medidas neste sentido.⁵³

Em 2001, a China assinou o termo de entrada na organização, e para efetuar-la, a China teve de concordar em adotar medidas concretas para remover barreiras comerciais e em abrir seus mercados para empresas estrangeiras e seus produtos de exportação. Desde que se tornou um país-membro da OMC, a China viu suas estatísticas de comércio aumentarem expressivamente, sendo hoje o maior exportador mundial e o segundo maior *trader*, atrás apenas dos Estados Unidos.

A China continua intensificando sua busca por acordos bilaterais e regionais de livre-comércio, pois considera que tais acordos são complementares ao sistema de comércio multilateral. Apesar disto, as margens preferenciais oferecidas pela China ainda são pequenas e o comércio com parceiros de acordos de livre comércio ainda responde por uma parcela reduzida do seu comércio total.

Em âmbito regional, a China participa da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC); do Diálogo Ásia-Europa (ASEM); da estrutura de cooperação ASEAN+3 (Associação das Nações do Sudeste Asiático mais China, Japão e Coréia do Sul); e do Acordo Comercial Ásia-Pacífico (APTA, também conhecido como Acordo de Bangkok). Nos termos do Acordo Quadro sobre Cooperação Econômica Abrangente entre China e ASEAN de 2003, as partes concordaram em negociar o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio (CAFTA) no prazo de dez anos. O CAFTA, envolvendo o original ASEAN 6 (Brunei, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia) foi estabelecido em 2010⁵⁴, tendo sido oferecida flexibilidade até 2015 para o Camboja, Laos, Myanmar e Vietnã. Neste contexto, ASEAN e China concordaram em reforçar a cooperação econômica, por meio do reforço das atividades existentes e do

⁵³ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the secretariat. China. 2010. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp330_e.htm

⁵⁴ TONG, Sarah Y. & CHONG, Catherine Siew Keng, "CHINA-ASEAN FREE TRADE AREA IN 2010: A REGIONAL PERSPECTIVE", EAI Background Brief No. 519, 2010. Disponível em: <http://www.eai.nus.edu.sg/BB519.pdf> Acesso em: 16/12/2011.

desenvolvimento de novos programas em cinco setores prioritários: agricultura, desenvolvimento dos recursos humanos, tecnologia da informação e da comunicação; de investimento; e de desenvolvimento da bacia do rio Mekong.

A participação do comércio da China com seus atuais parceiros em acordos de livre comércio bilaterais é responsável por uma parte pequena e declinante de seu comércio total; as exportações para estes países caíram de 19.6% em 2006 para 17,5% em 2009, e as importações oriundas destes reduziram-se de 4,6% em 2006 para 4,3% em 2009.⁵⁵ Com relação a outros acordos, é relevante citar ainda o Acordo Quadro em Comércio e Economia com a Austrália, em 2003; a declaração conjunta com a União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês), em 2004; o Acordo Quadro em Economia, Comércio, Investimento e Cooperação Tecnológica com o Conselho de Cooperação do Golfo, também em 2004; o início das negociações para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio com a Islândia, em 2006; com a Noruega, em 2008; e com a Costa Rica em 2009. Ademais, em janeiro de 2011 a China iniciou negociações de um Acordo Quadro em Cooperação Econômica com o Taipei Chinês. Estudos de viabilidade recentes apontam para potenciais negociações de Acordos de Livre Comércio com a Índia, com a Coreia e com a Suíça.

Em matéria de relações institucionalizadas entre China e Brasil, podemos citar, como uma primeira aproximação em nível comercial, o acordo, assinado em 1978 que estabeleceu a cláusula de Nação mais Favorecida nas trocas comerciais entre Brasil e China, além de objetivar um aumento de tal intercâmbio. Em 1984, foi adicionado um protocolo a esse acordo, com o intuito de estimular a consecução dos termos previstos no acordo de 1978. Mais recentemente, em 2004, os dois países concluíram um *Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento*, no qual o Brasil reconheceu a China como economia de mercado. Além disso, firmaram compromissos de fortalecer a cooperação nas áreas de inspeção e regulação fitossanitária, para garantir o acesso dos produtos brasileiros ao

⁵⁵ WORLD TRADE ORGANIZATION. Trade Policy Review: Report by the secretariat. China. 2010. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp330_e.htm. O Acordo de Livre Comércio com o Peru foi assinado em abril de 2009 e deve entrar em vigor no decorrer de 2010.

mercado chinês e vice-versa. Nesse sentido, recentemente foram celebrados alguns protocolos sobre quarentena animal e condições para a exportação desses produtos.⁵⁶

No que diz respeito à evolução recente das relações de comércio entre Brasil e China, pode-se identificar três períodos distintos.⁵⁷ O primeiro, entre 2000 e 2003, é caracterizado pela intensificação de saldos favoráveis ao Brasil – já que, de um déficit da ordem de US\$ 136 milhões, o Brasil passou a ter um superávit de mais de US\$ 2 bilhões. Nessa etapa, as exportações brasileiras para a China passaram de pouco mais de US\$ 1 bilhão para US\$ 4,5 bilhões, ao passo que as importações provenientes da China passaram de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 2,1 bilhões.

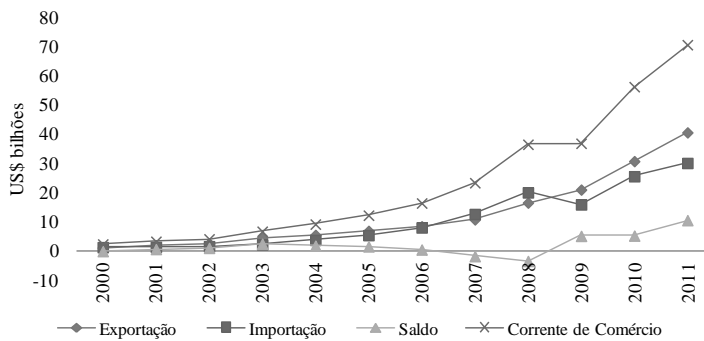
Nada obstante, essa trajetória foi interrompida em 2004, quando o Brasil reduziu seu superávit para US\$ 1,7 bilhão, movimento que se aprofundou até 2008, ano em que o Brasil acumulou um déficit de US\$ 3,5 bilhões. Vale destacar, que entre 2004 e 2008 verificou-se um intenso aumento da corrente de comércio entre os dois países. Por um lado, as exportações brasileiras foram de US\$ 5,4 bilhões para US\$ 16,5 bilhões e, por outro, as importações oriundas da China passaram de US\$ 3,7 bilhões para US\$ 20 bilhões.

No último triênio, o saldo comercial voltou a ser amplamente favorável ao Brasil: aproximadamente US\$ 5 bilhões em 2009 e 2010, e US\$ 11,5 bilhões em 2011. Nesse período, as exportações brasileiras passaram de US\$ 21 bilhões em 2009 para US\$ 44,3 bilhões em 2011 e as importações provenientes da China passaram de US\$ 15,9 bilhões para US\$ 32,7 bilhões. Como resultado, a corrente de comércio entre os dois países passou de US\$ 2,3 bilhões em 2000 para US\$ 77,1 bilhões em 2011, sendo que, a partir de 2009, a China se tornou o principal destino das exportações do Brasil. O gráfico a seguir demonstra a evolução do comércio bilateral entre os dois países:

⁵⁶ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) – Atos bilaterais assinados com a China. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/bichina.htm>. Acesso em 18/10/2010.

⁵⁷ Fonte dos dados de comércio entre Brasil e China (balança comercial, principais produtos exportados e importados): Sistema AliceWeb. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2012.

Figura 3. Comércio Bilateral entre Brasil e China, 2000-2011



Fonte: MDIC/Alice Web.

Com relação às pautas de exportação de cada país, o Brasil apresenta um rol bastante concentrado, com destaque para três produtos: o minério de ferro, a soja em grão e o óleo bruto de petróleo, que representaram mais de 75% das vendas externas brasileiras para a China em 2011. De fato, a estrutura exportadora da indústria chinesa e o aumento da renda média naquele país parecem ter contribuído para que as importações da China se concentrem em *commodities* metálicas e agrícolas.⁵⁸ Em 2011, o *minério de ferro não aglomerado* foi o produto mais exportado para a China, representando 40,6% da pauta. Considerando o *minério aglomerado* e o *não aglomerado*, este valor sobe para 44,7% das exportações brasileiras à China, totalizando cerca de US\$ 19,8 bilhões. Em segundo lugar, estão os *grãos de soja*, com 24,7% do total (US\$ 10,9 bilhões). Conforme mencionado anteriormente, outro produto de destaque é o *óleo bruto de petróleo*, que em 2011 representou 11% do total da pauta (US\$ 4,9 bilhões).

Por outro lado, a pauta de exportações da China para o Brasil é consideravelmente diversificada. Com efeito, a soma dos 100 principais produtos exportados não chega a representar 50% do total das exportações. Mais do que isso, vale destacar que exportações chinesas ao Brasil são compostas por

⁵⁸ Boletim Regional do Banco Central do Brasil, *Trajetória do Comércio Externo com a China – 2000 a 2010*, abril 2011. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2011/04/br201104b1p.pdf>. Acesso em 26/12/2010.

produtos de alta tecnologia, ou seja, com alto valor agregado. Dessa forma, Acioly, Pinto e Dutra (2011) verificam que a concentração das exportações brasileiras, aliada à desconcentração das chinesas, a despeito de posicionar o Brasil como superavitário na relação bilateral, coloca-o diante da possibilidade de paralisia na condição de exportador de *commodities*.⁵⁹ Em 2011, os três principais produtos importados da China foram *outras partes para aparelhos receptores radiodifusão, televisão, etc.* (US\$ 1,3 bilhão, 4,2% da pauta), *outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia* (US\$ 643 milhões, 2%) e *terminais portáteis de telefonia celular* (US\$ 592 milhões, 1,8%).

3.4. África do Sul

A África do Sul é um país adepto do multilateralismo e tem desempenhado um papel ativo no GATT/OMC, inclusive nas negociações em curso da Agenda de Desenvolvimento de Doha (DDA, sigla em inglês), na qual representa um membro chave de várias configurações sob as áreas de negociação agrícola e de Acesso aos Mercados Não Agrícolas (NAMA, sigla em inglês).

Um novo Acordo da União Aduaneira da África Austral (o acordo SACU de 2002) entrou em vigor em 2004 prevendo uma maior harmonização de políticas em diversas áreas. Os países da SACU são membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e têm acordos preferenciais de comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla em inglês) e com o MERCOSUL. Os países da SACU são elegíveis para tratamento preferencial não recíproco sob o Sistema Generalizado de Preferências (SGP) e sob o *US African Growth and Opportunity Act* (AGOA). Para uma política comercial mais harmonizada, os membros da SACU concordaram em negociar novos acordos comerciais preferenciais como grupo. Eles estão finalizando negociações quanto a acordos de parceria econômica com a Comunidade Europeia.⁶⁰

⁵⁹ ACIOLY, L.; CINTRA, M.; & PINTO, E. *As relações bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil*. Brasília: IPEA, 2011.

⁶⁰ World Trade Organization, "Trade Policy Review – SACU members (Botswana, Lesotho, Namibia, South Africa and Swaziland: Report by Secretariat". Genebra, 2009, p. vii-viii. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp322_e.htm. Acesso em: 10/12/2010.

Durante 2008, os Estados membros da SACU e do MERCOSUL concluíram negociações quanto a um acordo de comércio preferencial (PTA, na sigla em inglês). O novo PTA substituiu o anterior, assinado em 2004, baseado no entendimento entre a SACU e o MERCOSUL quanto à conclusão de seu acordo de complementação econômica. O PTA ainda não foi notificado à OMC.⁶¹

A África do Sul tem uma série de acordos comerciais bilaterais (como com Malawi e Zimbábue⁶²). O mais relevante é o Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação (TDCA, na sigla em inglês), concluído em 1999 com a Comunidade Européia (CE), seu principal parceiro comercial e fonte de IDE, que prevê a liberalização assimétrica do comércio entre as duas partes, com o intuito de formar uma área de livre comércio em 2012.

Os produtos sul-africanos são elegíveis para preferências não recíprocas, incluindo tarifas mais baixas ou quotas de tarifas preferenciais sob o AGOA dos EUA e os regimes de SGP da CE, assim como do Canadá, Japão, Noruega, Suíça e Estados Unidos.⁶³ É relevante ressaltar que, de acordo com o site do MDIC do Brasil, o Acordo de Preferência Comercial entre a SACU e o MERCOSUL ainda não entrou em vigor.⁶⁴ A África do Sul também faz parte do IBAS.⁶⁵ Quanto às relações comerciais estabelecidas entre Brasil e África do Sul, não há maiores envolvimento institucionalizados bilateralmente, ficando os acordos restritos ao nível multilateral, como no caso do IBAS e do acordo de preferência comercial entre a SACU e o MERCOSUL.

A corrente de comércio entre Brasil e África do Sul aumentou sistematicamente entre 2000 e 2008, passando de US\$ 529 milhões para US\$ 2,5

⁶¹ World Trade Organization, “Trade Policy Review – SACU members (Botswana, Lesotho, Namibia, South Africa and Swaziland: Report by Secretariat”. Genebra, 2009, p. 14-15. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp322_e.htm Acesso em: 10/12/2010.

⁶² Para uma descrição do tratamento de tarifa preferencial para Moçambique, ver OMC (1998).

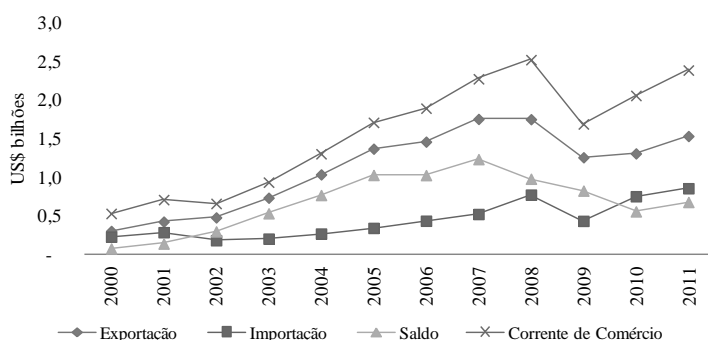
⁶³ World Trade Organization, “Trade Policy Review – SACU members (Botswana, Lesotho, Namibia, South Africa and Swaziland: Report by Secretariat”. Genebra, 2009, p. 293. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp322_e.htm Acesso em: 10/12/2010.

⁶⁴ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), “Acordo MERCOSUL/SACU”. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576> Acesso em: 15/12/2010.

⁶⁵ IBSA Trilateral Official Website. About IBSA. Disponível em: <http://www.ibsa-trilateral.org/> Acesso em: 15/12/2010.

bilhões.⁶⁶ Em 2009, essa trajetória foi interrompida, caindo para US\$ 1,7 bilhão, mas voltando a crescer no biênio seguinte, fechando em US\$ 2,6 bilhões em 2011. Similarmente, as exportações do Brasil para África do Sul evoluíram positivamente entre 2000 (US\$ 302 milhões) e 2007 (US\$ 1,7 bilhão), caindo levemente em 2008 e mais acentuadamente em 2009 (US\$ 1,2 bilhão), retomando o crescimento em 2010 (US\$ 1,3 bilhão) e em 2011 (US\$ 1,7 bilhão). Com relação às importações provenientes da África do Sul, as mesmas apresentaram variação positiva entre 2002 (US\$ 181 milhões) e 2008 (US\$ 774 milhões), reduzindo-se para US\$ 433 milhões em 2009, mas recuperando-se em 2010 (US\$ 753 milhões) e em 2011 (US\$ 911 milhões), quando foi atingido o maior valor no período analisado. Finalmente, vale destacar que o comércio bilateral Brasil-África do Sul é caracterizado por recorrentes saldos favoráveis ao Brasil. Em 2011, o superávit brasileiro foi de US\$ 768 milhões, superior ao do ano anterior (US\$ 556 milhões), mas inferior à média de US\$ 1 bilhão verificada no período 2005-2008.

Figura 4. Comércio Bilateral entre Brasil e África do Sul, 2000-2011



Fonte: MDIC/Alice Web.

Sobre as exportações do Brasil com destino ao país africano, a pauta é relativamente diversificada, sendo que, em 2011, por exemplo, os 10 principais

⁶⁶ Fonte dos dados de comércio entre Brasil e África do Sul (balança comercial, principais produtos exportados e importados): Sistema AliceWeb. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2012.

produtos responderam por aproximadamente 42% do montante total de exportações. O produto líder foi *pedaços e miudezas de frango congelado*, representando 11,5% do total, equivalente a aproximadamente US\$ 192 milhões. Em segundo lugar ficaram os *veículos automotores com motor a explosão e carga máxima de 5 toneladas*, com 6,5% do total, equivalente a pouco mais de US\$ 109 milhões. O terceiro produto mais exportado em 2011 foram os *tratores rodoviários para semi-reboques*, que representaram quase 6% do total, US\$ 96,8 milhões.

No que tange às importações brasileiras originárias da África do Sul, a *hulha antracita não aglomerada* foi o principal produto importado, respondendo por quase 13% do total, equivalente a aproximadamente US\$ 116 milhões. Em seguida ficaram os *motores de explosão para veículos*, com quase 8% do total, cerca de US\$ 71 milhões. Em terceiro lugar ficaram o *paládio em formas brutas ou em pó*, correspondendo por 6,1% do total, aproximadamente US\$ 56 milhões.

4. CONCLUSÕES

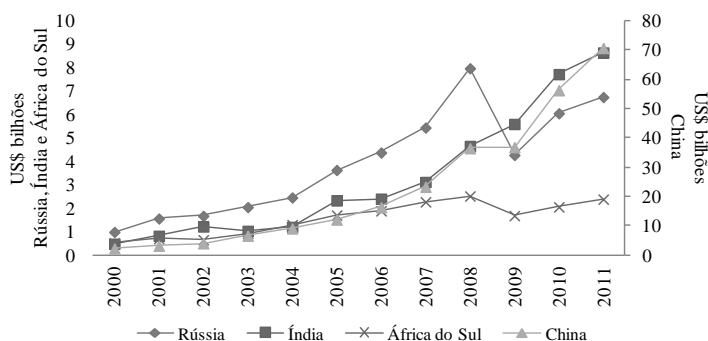
Desde 2001, quando o termo BRIC foi cunhado, é notável a evolução do papel desempenhado por estes países tanto na economia internacional quanto na arena política. De fato, nos últimos dez anos, Brasil, Rússia, Índia e China contribuíram com mais de um terço do crescimento do PIB mundial, ao mesmo tempo em que passaram a representar quase um quarto da economia mundial, contra um sexto em 2001 (em termos de Paridade de Poder de Compra – PPP, na sigla em inglês). Embora tenha números mais modestos, África do Sul é uma das economias mais importantes do continente africano, tendo ingressado oficialmente no agrupamento em abril de 2011, no encontro de líderes dos BRICS, em Sanya, na China.

Por outro lado, verifica-se que a crise internacional tem contribuído para acentuar ainda mais a posição das economias emergentes, na medida em que, de modo geral, esses países experimentaram impactos reais e financeiros mais tênues do que as economias avançadas, recuperando suas trajetórias prévias de crescimento com relativa brevidade.

Por fim, analisando de uma maneira global o comércio bilateral do Brasil com os demais países do BRICS, pode-se apontar a existência de algumas

tendências gerais. A primeira – e talvez a mais evidente – é o grande crescimento nos índices de intercâmbio comercial entre o Brasil e esses países na última década, conforme ilustra o gráfico a seguir.

Figura 5. Comércio Bilateral entre o Brasil e os demais BRICS, 2000-2011



Fonte: MDIC/Alice Web.

A segunda é o superávit que o Brasil possui nesses envolvimento bilaterais – aqui, o comércio com a Índia aparece como exceção, vide o déficit que o Brasil apresenta. A terceira é a concentração da pauta de exportação do Brasil em poucos produtos, regra geral de origem agrícola ou mineral, ou seja, com baixo valor agregado – a exceção, dessa vez, é a pauta de exportação à África do Sul, relativamente diversificada. A quarta e última tendência observada é a rápida recuperação do comércio bilateral depois de 2009. No caso da Índia, o comércio não chegou a cair; no caso da China, o mesmo permaneceu estagnado em 2009 e voltou a crescer no biênio seguinte; finalmente, nos casos da África do Sul e da Rússia, ambos caíram em 2009, ainda que o comércio bilateral entre Brasil e África do Sul já tenha praticamente recuperado o nível de 2008 ao passo que o com a Rússia ainda não.

Em suma, nossos resultados sugerem que o comércio bilateral entre o Brasil e os demais BRICS, os quais não são caracterizados como parceiros comerciais tradicionais, vem assumindo uma importância crescente. Tendo em mente os limites desta pesquisa, pode-se argumentar que a tendência de

fortalecimento dos países emergentes parece estar se expressando também no comércio internacional de mercadorias entre o Brasil e os demais BRICS.

REFERÊNCIAS

- “The Key Indicators for Asia and the Pacific 2010” Disponível em: http://www.adb.org/Documents/Books/Key_Indicators/2010/Country.asp. Acesso em novembro de 2010.
- ACIOLY, L.; CINTRA, M.; & PINTO, E. *As relações bilaterais Brasil-China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil*. Brasília: IPEA, 2011.
- AEO- African Economic Outlook. South Africa Overview, 2011. Disponível em: <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/countries/southern-africa/south-africa/>. Acesso em dezembro de 2011.
- Africa Can...End Poverty*, World Bank blog. Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/africacan/the-impact-of-the-financial-crisis-on-south-africa>. Acesso em 14 de dezembro de 2010.
- BHATIA, Rajiv. *BRICS set to outshine IBSA?*. The Hindu, 30 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.hindu.com/2011/04/30/stories/2011043055861200.htm> Acesso em: 29/04/2011
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Intercâmbio Comercial do Agronegócio*. 2010. Disponível em: www.braziltradenet.gov.br/.../PUBIntercambioAgronegocioP.pdf Acesso em: 05/04/2011
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). *Atos bilaterais assinados com a China*. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/bichina.htm> Acesso em: 18/10/2010.
- CANUTO, O., GIUGALE, M (Editors). *The Day After Tomorrow: a handbook on the future of economic policy in the developing world*. Washington, DC: The World Bank, 2010.
- CIA World Factbook, 2011. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html> Acesso em dezembro de 2011.
- CUNHA, André. Crescimento e Internacionalização na China: Impactos Potenciais na América Latina Área 18. *Brasil e América Latina no Capitalismo Contemporâneo*. Sessões Ordinárias. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/2_congresso/804_1a06ce240cf45c98fd5dbb1acf79c838.pdf Acesso em: 15/12/2011.
- EAC- Economic Advisory Council to the Prime Minister. Economic Outlook for 2010/11. Disponível em: <http://eac.gov.in/reports/ecoout1011.pdf>, Acesso em dezembro de 2011.
- EL-ERIAN, M. *When Markets Collide: investment strategies for age of global economic change*. New York, McGraw Hill, 2009.

- Ernest & Young. *Doing Business in India*. Gurgaon, 2010, pg 19. Disponível em: http://www.ibef.org/download/Doing_business_in_India_240510.pdf Acesso em 25 de abril de 2011.
- European Council, "UE-Rússia: Parceria estratégica no bom caminho". Disponível em: <http://www.european-council.europa.eu/home-page/highlights/eu-russia-strategic-partnership-on-track.aspx?lang=pt>. Acesso em: 16/12/2011.
- FMI. World Economic Outlook, 2011. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/weodata/weoselsr.aspx?c=534&t=1>. Acesso em 27 de abril de 2011.
- GROSS, B. *On the "Course" to a New Normal*. Investment Outlook, September. PIMCO, 2009. Disponível em: <http://www.pimco.com/LeftNav/Featured+Market+Commentary/IO/2009/Gross+Sept+On+the+Course+to+a+New+Normal.htm> (acesso em janeiro de 2012).
- GRYNBERG, Roman, "Towards a developmental SACU", MmegiOnline. Disponível em: <http://www.mmegi.bw/index.php?sid=4&aid=632&dir=2011/July/Friday29> Acesso em: 16/12/2011.
- MORRINSON, Wayne M. Congressional Research Service- China's Economic Conditions, 2011. Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33534.pdf>. Acesso em dezembro de 2011.
- NASSIF, André. *Brasil e Índia frente à crise econômica global*. BNDES, 2009. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/td/TD-110.pdf Acesso em 27 de abril de 2011.
- National Bureau of Statistics of China, "China Statistical Yearbook 2007" Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2007/indexeh.htm>, capturados em fevereiro de 2009
- SERBANK. Forecast of Russian Economy Development for 2010-2011 and 2012-2013, julho de 2010. Disponível em: http://www.sbrf.ru/common/img/uploaded/files/pdf/press_center/Review_forecast_2010_2013_en.pdf. Acesso em dezembro de 2011.
- SPENCE, M. *Emerging Financial Markets after the Global Financial Crisis*. PIMCO Viewpoints, August. PIMCO, 2009. Disponível em: <http://www.pimco.com/LeftNav/Viewpoints/2009/Emerging+Financial+Markets+Spence+August.htm> (acesso em janeiro de 2012).
- STUENKEL, Oliver. The case for stronger Brazil-India Relations. *Indian Foreign Affairs Journal*, vol. 5, n. 3, p. 290-304, julho-setembro de 2010. Disponível em: http://www.gppi.net/fileadmin/media/pub/2011/Stuenkel_2011_India-Brazil-Relations_IFAJ.pdf Acesso em: 28/04/2011.
- TONG, Sarah Y. & CHONG, Catherine Siew Keng, "CHINA-ASEAN FREE TRADE AREA IN 2010: A REGIONAL PERSPECTIVE", EAI Background Brief No. 519, 2010. Disponível em: <http://www.eai.nus.edu.sg/BB519.pdf> Acesso

em: 16/12/2011.

UNDP, Human Development Report- Sustainability and Equity: A Better Future for All, 2011. Disponível em: <http://hdrstats.undp.org/images/explanations/RUS.pdf>. Acesso em dezembro de 2011.

WHITE AND WILLIAMS, China's Economy in 2011, 2011. Disponível em: <http://www.whiteandwilliams.com/resources-alerts-9.html>. Acesso em dezembro de 2011.

WORLD BANK. China Overview, 2011. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/country/china/overview>. Acesso em dezembro de 2011.

WORLD BANK. India Country Overview, 2011. Disponível em: <http://www.worldbank.org.in/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/SOUTHASIAEXT/INDIAEXTN/0..contentMDK:20195738~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:295584,00.html>. Acesso em dezembro de 2011.

WORLD BANK. South Africa: Country Brief, 2010. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/SOUTHAFRICAEXTN/0..menuPK:368086~pagePK:141132~piPK:141107~theSitePK:368057,00.html>. Acesso em dezembro de 2011.

World Development Indicators 2010, tabela especial da China, Disponível em: (<http://data.worldbank.org/country/china>, acesso em novembro de 2010.

World Economic Outlook, April 2011. Disponível em: (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/index.htm>, acesso em abril de 2011.

World Trade Organization, “*Trade Policy Review – SACU members (Botswana, Lesotho, Namibia, South Africa and Swaziland: Report by Secretariat*”. Genebra, 2009, p. 281. Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp322_e.htm Acesso em: 10/12/14

WTO - World Trade Organization, Trade Profiles 2010. Disponível em: http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/anrep_e/trade_profiles10_e.pdf. Acesso em 26 de abril de 2011.

Fontes Primárias

Sistema Alice Web (<http://alice.desenvolvimento.gov.br/>)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (<http://www.mdic.gov.br/>)

Folha de São Paulo (<http://www.folha.uol.com.br>)

Portal Agronline (<http://agronline.com.br/>)

Portal Rural Br Pecuária (<http://pecuaria.ruralbr.com.br/>)

Apex-Brasil (<http://www.apexbrasil.com.br/>)

RESUMO

Este artigo analisa o impacto da crise internacional atual nas relações comerciais do Brasil com os demais países dos BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul). A metodologia consistiu em análise de documentos e relatórios de governos e organizações internacionais sobre comércio internacional. Para realizar a análise, primeiramente, é apresentado um panorama das características gerais das economias desses quatro parceiros comerciais, especialmente no que tange aos reflexos da crise internacional em cada uma delas. Em seguida, analisam-se as relações comerciais de cada país com o Brasil na última década. Os resultados obtidos sugerem que o comércio bilateral entre o Brasil e os demais BRICS, os quais não são caracterizados como parceiros comerciais tradicionais, tem assumido uma importância crescente.

PALAVRAS-CHAVE

BRICS; Crise; Comércio.